

Ocupo, logo resisto: 50 dias de ocupação em uma escola de Alfenas-MG

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo registrar a duradoura e intensa ocupação de uma escola estadual de Alfenas/MG, que integrou-se ao movimento nacional de ocupações secundaristas ocorridos no ano de 2016 no Brasil. Foram 50 dias, sendo 19 com paralisação total das atividades. A partir das vivências dos autores nesse processo, são descritos os desafios- de caráter coletivo, subjetivo, institucional, político e social- enfrentados pelos(as) estudantes, buscando contribuir com reflexões para o campo educacional e apontar para a possibilidade de construção de uma escola que contemple mais a juventude, compreenda e valorize tais experiências de resistência.

Abstract: *This work aims at recording the long-lasting and intense occupancy of a state school located in Alfenas which joined the national movement of occupancy by high school students which occurred in Brazil in 2016. It lasted 50 days, 19 days from them counted on downtime of all activities. From the experience the authors got following this process, the challenges – of collective, subjective, institutional, political and social characters – faced by the students are depicted, seeking to contribute – through reflections – to the educational field and to point to the possibility of building a school able to contemplate the youth better and able to understand and appreciate such resistance experiences.*

Introdução

Em 2015, secundaristas de São Paulo ocuparam centenas de escolas como forma de mobilização e luta contra o projeto de reorganização escolar proposto pelo governador Geraldo Alckmin, que foi revogado como uma vitória significativa desse movimento (CATINI & MELLO, 2016; CORTI, CORROCHANO, SILVA, 2016; PAES & PIPANO, 2017). No ano seguinte, inspirados por esse processo, no Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, entre outros estados, assistiu-se a emergência e consolidação de um movimento nacional de ocupações estudantis, que atingiu o número expressivo de mais de mil universidades, institutos federais e principalmente escolas de ensino médio¹.

Em geral, os(as) estudantes secundaristas colocaram-se como protagonistas contra a situação de precarização e sucateamento da educação pública no país, tendo como pautas centrais a luta contra a Proposta de Emenda Constitucional nº 55/2015 (PEC 55)², a Medida Provisória nº 746/2016 (MP 746/2016)³, e o Projeto de Lei nº 867/2015 (PL “Escola sem Partido”⁴).

Nesse contexto, no município de Alfenas, localizado ao sul de Minas Gerais, o movimento de ocupações foi iniciado em uma escola pública de ensino médio, sendo seguida temporalmente por universitários da instituição federal de ensino superior do município e por mais três escolas públicas.

Dito isso, considerando o envolvimento direto dos proponentes deste relato com o movimento de ocupação de uma destas instituições escolares, tomada como experiência para a presente problematização, buscar-se-á alcançar um objetivo não tão pretensioso, mas fundamental: registrar, na forma de memorial, os acontecimentos, para que outras pessoas possam ler e para marcar a história destes estudantes (ocupantes e resistentes) na produção científica da área educacional.

1. Ocupar: Já estava (inconscientemente) decidido

Em outubro de 2016, após cerca de 20 dias do início do movimento, quando as ocupações secundaristas cresciam pelo país, estudantes de uma turma da segunda série do ensino médio de uma escola da rede estadual em Alfenas/MG fomentaram uma discussão sobre a conjuntura nacional. Estes estavam em uma aula de geografia⁵ e iniciaram a discussão sobre a Medida Provisória 746 (Reforma do Ensino Médio) e a PEC 55 (“PEC do Teto de Gastos”).

Por consequência, o movimento de ocupações secundaristas, que vinha ocorrendo em todo o Brasil, tornou-se tema do diálogo. Em um ponto da conversa, os(as) estudantes afastaram as carteiras da sala de aula para as paredes, sentaram-se todos em roda e um aluno apresentou em seu celular uma foto e um manual resumido, cujo título era “Como Ocupar seu Colégio”⁶.

A aula de geografia acabou, porém os(as) estudantes não pararam a discussão por aí, na medida em que, intrigados, entraram em contato com universitários da universidade federal do município, cuja reitoria se encontrava ocupada. Após esse contato, os secundaristas foram convidados a conhecer a ocupação universitária e sua organização, observando como as comissões se separavam e como havia um esforço diário para arrecadar doações de alimentos e para garantir uma programação culturalmente diversa, sem abrir mão dos debates políticos.

No dia seguinte a essa visita, esse grupo de estudantes secundaristas percorreu todas as salas do ensino médio da escola, recolhendo assinaturas de todos(as) aqueles(as) que concordavam com a ocupação daquele espaço escolar, visando registrar de forma escrita a porcentagem de estudantes favoráveis. Ademais, junto a essas assinaturas recolhidas, foi feito o registro daqueles(as) estudantes que, de alguma maneira, gostariam de ajudar no processo de ocupa-

Mayra Cristina Costa

Graduanda em Química (Licenciatura) pela Universidade Federal de Alfenas

Gabriel Barreto Lopes

Graduando em Pedagogia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Alfenas.

Palavras-chaves:

Ocupações secundaristas. Educação escolar. Juventude.

Keywords:

High school student occupancy. School Education. Youth.

¹ Disponível em: <http://ubes.org.br>. Acesso em: 30 jul.17.

² Aprovada no Senado em 13 de dezembro de 2016 e promulgada em 15 de dezembro de 2016, a PEC 55, conhecida como “PEC do Teto dos Gastos”, foi encaminhada pelo governo de Michel Temer, tendo como justificativas o equilíbrio das contas públicas por mecanismos rígidos de controle de gastos públicos por 20 anos e um novo regime fiscal. Contudo, alvo de discussões na sociedade civil, tal proposta foi levantada como pauta central na luta dos movimentos de ocupações e de outros movimentos sociais, que apontavam para a sua inconstitucionalidade e para os impactos negativos sobre investimentos essenciais e estratégicos, como saúde, educação e assistência social.

³ Defendendo alterações na estrutura do ensino médio, última etapa da educação básica, tal MP, encaminhada também pelo governo federal e aprovada com mudanças pelo Senado em fevereiro de 2017, propõe a ampliação da carga horária mínima anual, a implementação de escolas em tempo integral, tornava inicialmente facultativo o ensino da arte e da educação física nessa etapa, além de outras mudanças curriculares. Criticada por grupos e entidades ligadas à educação, principalmente pelo seu caráter arbitrário, enquanto medida provisória, e pela falta de

ção da escola, compondo as comissões organizativas, arrecadando alimentos, entre outras atividades.

Feito isso, na parte da tarde desse dia, tais estudantes realizaram uma reunião na sala de vídeo da escola para deliberar alguns pontos importantes. Com as assinaturas recolhidas em mãos, foi concluído que aproximadamente 90% dos estudantes frequentes do ensino médio eram favoráveis à ocupação da escola. Contudo, como a escola em questão funciona em dois turnos⁷, era necessário dialogar também com os(as) estudantes do Ensino Fundamental II. E assim foi feito.

No dia seguinte, houve a divisão em duas frentes dos estudantes que haviam se reunido anteriormente: metade ficou responsável por ir à escola recolher as assinaturas dos estudantes do turno vespertino favoráveis à ocupação e a outra metade foi para as ruas do entorno arrecadar alimentos e outros mantimentos. Entendiam que o diálogo com os(as) estudantes do Ensino Fundamental II era essencial para o futuro da ocupação, já que representavam mais de 50% dos estudantes da escola. Além disso, em momento algum, os organizadores da ocupação levaram em consideração que esses(as) estudantes não seriam capazes de dialogar e entender a situação por serem mais novos.

Nesse sentido, a resposta de uma estudante secundarista, quando questionada sobre o tratamento para com os(as) estudantes do Fundamental II e de uma suposta incapacidade de compreensão destes em relação à ocupação, foi a seguinte: *“Jamais os subestimamos, não faríamos com eles o que fazemos conosco. Não tem lógica reproduzirmos isso.”* (Estudante B, mulher, 17 anos).

Tal resposta parece vir ao encontro de um questionamento feito por nós aos secundaristas, sobre o comportamento dos professores e funcionários da instituição escolar, no período em que organizavam a ocupação, buscando entender se haviam ocorrido empecilhos ou se alguém tentou os impedir. Uma das estudantes respondeu que os organizadores da ocupação não enfrentaram nenhuma dificuldade mais significativa, mas mesmo que os professores e funcionários —salvo algumas exceções—acreditassem que a luta fosse legítima, tomavam aquele movimento como algo imediatista, como “fogo de palha”. Em suas palavras, *“Era como se fôssemos invisíveis, como se nada estivesse acontecendo na escola.”* (Estudante A, mulher, 17 anos).

Quando recolheram as assinaturas, os organizadores concluíram que um número muito superior à metade dos(as) estudantes era a favor do movimento. A ocupação iria acontecer! Entretanto, pensando nos estudantes menores de 18 anos, era preciso elaborar uma autorização, a ser assinada pelos pais ou responsáveis. Tal autorização, apresentada a seguir, comprovava a ciência por parte da família de que o(a) estudante permaneceria na ocupação e dormiria na escola.

Os(as) estudantes já haviam dividido as comissões: organização, programação, comunicação, limpeza, alimentação e segurança. Tinham também os registros sobre a quantidade de estudantes que eram a favor, a autorização dos responsáveis e uma quantidade grande de alimentos arrecadados. Porém, ainda

AUTORIZAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL

Eu, _____, portador do documento nº _____, autorizo meu (minha) filho (a) a participar da mobilização estudantil na _____, na ocupação pacífica contra a MP 746 (Reforma do Ensino Médio), contra a PEC 241 e o Projeto Escola sem Partido. O (a) filho(a) está permitido a permanecer e pernoitar na escola como forma de mobilização estudantil no tempo que for necessário durante o movimento.

_____ de _____ de 2016.

Assinatura do responsável: _____

Fig. 1: Autorização elaborada pelos secundaristas

era preciso realizar uma assembleia estudantil com todos os estudantes da escola, feita na manhã do dia 28 de outubro de 2016, contando com a presença de três secundaristas de outra escola estadual do município —que já se encontrava ocupada há 4 dias— e de um advogado, tendo como pautas a discussão sobre a legalidade das ocupações e os possíveis enfrentamentos futuros.

Mesmo se tratando de uma assembleia dos estudantes, foi presenciado que professores e alguns membros da equipe gestora da escola levantavam as mãos e chegavam a interromper as falas dos secundaristas. Contudo, era necessário respeitar a autoridade de fala e a legitimidade daquele espaço, sendo isso muito bem exposto pelos(as) estudantes.

Ademais, essa manhã de discussão deixou os(as) estudantes eufóricos(as) por mudanças, na medida em que, segundo relatos informais dos próprios secundaristas, era perceptível que tinham muitas coisas a falar. Alguns deles, inclusive, chegaram a se emocionar ao comentar sobre seus irmãos pequenos, entendendo que estavam ali dispostos a lutar para que seus familiares não passassem por situações semelhantes ou piores do que aquela.

Nesse sentido, acreditamos que tal assembleia representou o primeiro momento em que alguns dos adultos que trabalhavam na escola começaram a acreditar que os(as) estudantes não iriam recuar. Destarte, ao fim da assembleia, foi entoado pelos(as) estudantes, aos pulos, o grito “ocupar e resistir”, reproduzido nacionalmente em várias ocupações secundaristas. Estava oficialmente deliberado: a escola seria ocupada às 17h daquele dia.

A decisão de ocupar na sexta-feira foi uma estratégia para não haver enfrentamentos diretos logo no primeiro dia do movimento e os estudantes entendiam também que já havia alimentos suficientes para que todos passassem o fim de semana naquele espaço. Dessa forma, sendo inclusive instalado um chuveiro em um dos banheiros da escola, os(as) estudantes começaram a trazer suas coisas.

Portanto, considera-se que toda a organização e várias decisões importantes foram tomadas de maneira muito rápida, já que da aula de geografia à assembleia estudantil se passaram apenas três dias. Além disso, no esforço de rememorar tais acontecimentos e investigar a história da ocupação, percebemos que em nenhum momento, tanto o grupo inicial de dez estudantes, quanto aqueles que se somaram ao movimento— buscando ajudar de alguma forma, falaram oficialmente ou votaram pela ocupação. Se-

maiores discussões e consulta à sociedade, tornou-se também pauta de luta das ocupações.

4 Tal projeto, pautado na defesa da neutralidade e imparcialidade dentro das escolas, buscando defender os alunos da suposta doutrinação de professores, têm sido alvo de críticas de vários movimentos de educação, destacando os seus riscos e a censura proposta, principalmente no que se refere à discussão de temas como gênero, política, homofobia, machismo e religião.

5 É importante registrar que o professor de geografia não só iniciou a discussão, mas a fomentou, cedendo a sua aula para que os(as) estudantes pudessem refletir sobre e analisar a conjuntura que o país se encontrava naquele momento.

6 Cartilha produzida pela página “O mal educado”, relatando a experiência de estudantes do Chile e da Argentina e explicando como ocupar uma escola.

7 No período matutino são ofertadas turmas de Ensino Médio e no turno vespertino, turmas de Ensino Fundamental II.

gundo uma das secundaristas, que presidiu a assembleia estudantil do dia 28 de outubro, na qual foi feita a deliberação pela ocupação, eles e elas sabiam que queriam ocupar e tocaram a organização para frente. “Perderíamos a coragem se pensássemos demais. Não era necessário ficar debatendo se queríamos ou não, já estava inconscientemente decidido” (Estudante A).

2. Aspectos gerais da “Ocupa”

Para fins de esclarecimento, é importante registrar como se deu a inserção dos autores desse relato no espaço da referida ocupação. Nesse sentido, nos momentos de organização e mobilização mencionados acima, os autores possuíam relação direta com a escola, visto que a autora realizava estágio supervisionado na mesma e o autor coordena um cursinho popular que faz uso da infraestrutura da instituição.

Dito isso, a aproximação de ambos com a movimentação ocorreu por volta de dois dias após a ocupação da escola. Inicialmente, houve a intenção de se aproximar dos(as) estudantes, conhecer a dinâmica da ocupação e ajudar no que fosse preciso. Nesse bojo, cabe mencionar que os(as) estudantes secundaristas foram muito receptivos(as), acolhendo efetivamente aqueles(as) que batiam à porta da escola para contribuir de qualquer maneira, pernoitando ou não naquele espaço.

Sendo assim, desde o terceiro dia de ocupação escolar, os autores passaram a pernoitar na escola e consideraram que integraram-se à mesma, atuando, principalmente nos dias de ocupação total, como mediadores dos diálogos estabelecidos entre os(as) ocupantes e professores, membros da Superintendência Regional de Ensino e demais estudantes da escola.

Ademais, pode-se citar outras atividades realizadas pelos autores naquele espaço: arrecadação de doações e de dinheiro para a compra de suprimentos alimentícios; contato com educadores da universidade pública e de outras instituições municipais para auxiliar na organização diária da programação da ocupação; integração às comissões de limpeza, entre outras.

Destarte, considera-se que esse papel de mediação foi importante no processo de estabelecimento de diálogo entre as diferentes partes daquele contexto, já que as conversas em roda —realizadas no pátio da escola —apresentaram-se como espaços em que os atores envolvidos se ouviam (ou não), já que, em algumas vezes, não foram totalmente pacíficas.

Além desses espaços, houve conflitos de diferentes naturezas durante todo o percurso da ocupação, que não deve ser vista apenas como um movimento heroico e em geral, harmonioso. Tais conflitos foram de caráter prático: por exemplo, na execução de tarefas e divisão de trabalhos, que foram considerados fáceis de resolver, uma vez que os jovens lançaram mão de maturidade e real disposição para estarem ali; e conflitos nas relações entre professores específicos, estudantes que não participaram da ocupação e os(as) estudantes ocupantes, as quais foram se tensionando com o passar dos dias.

Cada estudante ocupante teve também seus conflitos subjetivos, sendo que em alguns momentos,

tal fato ficou extremamente latente, pois a ocupação possibilitou àqueles(as) que estavam ali olhar para dentro de si individualmente e coletivamente— processo que não é fácil ou simples. Além das dificuldades inerentes à movimentação, como o fato de estar o tempo todo em um ambiente que não era nossa casa, os alimentos regrados e algumas vezes escassos, as retaliações midiáticas e institucionais, havia ainda, portanto, o “eu para comigo mesmo”.

Portanto, os autores se inseriram no processo entre a organização dos(as) estudantes para a ocupação se consolidar (descrito anteriormente) e a posterior eclosão da ocupação total, apresentada a seguir. As falas relatadas resultam de conversas registradas durante e após a ocupação. Por fim, o relato que se segue é fruto da vivência dos autores e da maneira como procuraram relacionar-se com a escola, com seus estudos educacionais e para onde dirigiram seus olhares.

3. 19 Dias de Ocupação Total: Criando laços, resistindo e reexistindo



Fig. 2: Fachada da escola na manhã seguinte à ocupação.

Para garantir o fechamento dos portões e iniciar efetivamente a ocupação, às 17h de 28 de outubro de 2016 (sexta-feira), um grupo de estudantes pegou as chaves de vários espaços da escola. Havia poucos professores e três funcionários na escola, mas não houve nenhum tipo de represália nesse momento. Além disso, às 16h do mesmo dia, foi criada então uma página no *Facebook*, visando garantir a divulgação das atividades nas redes sociais e solicitar alimentos e outras ações. Assim, quando a escola foi fechada, os alimentos e produtos de limpeza foram organizados no pátio de entrada e a cada dia a dispensa ficava mais cheia, devido ao esforço dos(as) estudantes.

Embora fosse um final de semana, os(as) estudantes se preocupavam em não deixar o tempo ocioso, buscando definir as atividades da programação. Logo no primeiro sábado, houve prática de ioga, oficina de teatro, confecção de cartazes e *slackline*⁸. A cozinha trabalhava a todo vapor, por meio do trabalho da comissão de alimentação, sendo que dois irmãos gêmeos de origem pernambucana se responsabilizaram pelas atividades e pelo revezamento dos auxiliares, tanto no momento de preparo das refeições quanto no momento de limpeza dos utensílios e lavagem da cozinha/refeitório. Dessa forma, tornou-se mais que um espaço de refeições, mas de sociabilidade e de

⁸ Prática corporal realizada em uma fita estreita e flexível, tensionada em dois pontos fixos, onde são realizados movimentos, buscando a harmonia entre corpo e mente. Disponível em: <http://www.slackproof.com/o-que-e-slackline>. Acesso em: 30 jul.17.

estreitamento dos vínculos afetivos.

Já que há no município uma feira livre às quartas-feiras e aos domingos, os(as) estudantes aproveitaram também esse espaço para a arrecadação dos alimentos. Além disso, estabeleceram outros dois dias ao longo de cada semana para a arrecadação em residências e no comércio, tanto de comidas quanto outras doações. Dessa forma, havia arrecadação em



Fig. 3: Alimentos arrecadados na feira livre do município em 31/10/16.

quatro dos sete dias de toda semana, como forma de garantir a permanência física e psicológica, principalmente.

O primeiro fim de semana prosseguiu sem muitas tensões, mas apesar de tudo estar correndo conforme os planos estabelecidos, havia uma apreensão sobre como seria na segunda-feira, quando todos(as) chegassem à escola. No domingo pela manhã, em meio a oficina de teatro proporcionada por uma professora da universidade federal do município, houve a visita surpresa do prefeito e de um vereador recém-eleitos do mesmo partido, que queriam conhecer a ocupação e apoiá-los “no que fosse preciso”. Tais sujeitos olharam a estrutura da escola, disseram que fariam melhorias naquele espaço escolar, pediram por café, mas os(as) estudantes não se esforçaram para estabelecer diálogo, já que ficaram desconfiados e apreensivos. Entretanto, logo os políticos foram embora e durante os 50 dias de ocupação, não foram vistos mais e não foi estabelecido nenhum outro tipo de contato.

A partir das 6h30min da segunda-feira, 31 de outubro de 2016, uma série de enfrentamentos foi iniciada, permanecendo até o último momento da ocupação escolar. Tais enfrentamentos envolviam diferentes sujeitos: representantes do Estado (instâncias regionais e estaduais responsáveis pela su-

pervisão e orientação das escolas do município), professores, equipe gestora da instituição, funcionários, família, imprensa e a comunidade em geral.

Tais enfrentamentos se resumiam principalmente à necessidade de convencimento e reafirmação – frente a esses grupos de pessoas – da legitimidade das pautas defendidas e da própria ocupação em si. Nesse bojo, na própria segunda-feira, duas estudantes foram submetidas a mais de cinco horas de reuniões fechadas, primeiramente com todos os professores da escola e em seguida com uma representante regional de ensino, em conjunto com a supervisora pedagógica da instituição.

Nessa primeira reunião, os(as) demais ocupantes não aceitaram que houvesse a participação somente das duas estudantes específicas, consideradas pela supervisora como líderes, embora fosse reafirmado a horizontalidade do movimento e a ausência de lideranças fixas. Sendo assim, em um determinado momento da reunião que estava ocorrendo na sala dos professores, cerca de dez estudantes adentraram o espaço, justificando que a ocupação era organizada de maneira horizontal e que não havia lideranças, enfrentando a insistência por parte dos demais de que era necessário dialogar somente com “as líderes”. Além disso, nesse mesmo espaço, os(as) estudantes foram acusados de serem “vândalos”, “invasores”, sendo inclusive chamados de “débeis mentais” por um secretário da escola, que afirmou que “após aquela palhaçada acabar, cada um iria voltar para sua vidinha”.

Entende-se que, nesses espaços de conflito entre gerações e de tentativa de reprodução da hierarquia presente cotidianamente na escola, os(as) estudantes apenas reforçavam as convicções e pautas que haviam sido reafirmadas na assembleia estudantil, o que estava exposto nos cartazes e o que estava sendo divulgado na página da ocupação na rede social: a conjuntura política, a necessidade de lutar, a organização em comissões e a horizontalidade do movimento.

Dessa forma, a primeira reunião foi finalizada para cessar a tensão, mas logo em seguida começou outra, contando com a participação de uma representante regional de ensino, que recebeu uma ligação “emergencial”. Após muita insistência, foi deliberado que quatro estudantes e não somente as duas “líderes” participariam, sendo feita uma série de questionamentos para os(as) estudantes a respeito de diversas temáticas: ponto de professores, contrato de professores substitutos, reposição do calendário escolar, as “despesas do Estado” com a ocupação, entre outras. Entende-se que os(as) estudantes não tinham as respostas, nem deveriam tê-las, mas os responsáveis por debater os questionamentos não recuaram, sendo a reunião encerrada após uma das estudantes ter uma crise de choro e se retirar.

Nos demais dias, enquanto uma programação rica e diversa de atividades acontecia no pátio, contando com a presença de vários educadores do município, principalmente professores universitários, vários estudantes eram forçados a se retirar destas para que pudessem apresentar as justificativas do movimento para os grupos citados acima, o que acabava dispersando também aqueles estudantes não-ocupantes, que eram convidados a participar da programação.

Dia após dia, a cada manhã ou tarde, havia esse tipo de enfrentamento. Era preciso resistência em seu mais puro significado. Conforme era percebido que não iria haver recuos e que os(as) estudantes iriam manter a ocupação total da escola, com a suspensão das aulas, a própria superintendente de ensino foi enviada para falar com os(as) estudantes.

De uma forma que não é possível descrever minuciosamente, devido ao seu caráter subjetivo e ao autoritarismo vivenciado por nós, tais encontros, vigílias e outros problemas nas madrugadas constituíram um espaço extremamente conflituoso. Sendo assim, tal espaço marcou psicologicamente a todos que ali se encontravam na ocupação, sendo necessário inclusive a intervenção e a contribuição de uma psicóloga e professora universitária, responsável por realizar conversações para proteger a saúde mental dos sujeitos.

Mesmo com todas essas tensões, quando a escola se esvaziava no fim de cada período letivo, outro espaço existia. Não havia choro. Havia dança e jogos. As assembleias estudantis ocorriam sem gritos e os(as) estudantes não eram acusados de estarem cometendo crimes.

Era facilmente visível que existia uma dificuldade enorme por parte daqueles que estavam de fora da ocupação em compreender a horizontalidade da mesma, fato que se materializava em diversos momentos – desde quando queriam achar “uma líder” para apontar e culpar, até quando a responsável pela gestão regional fazia tentativas frustradas de interromper a fala estudantil. Nesse bojo, pode-se citar também momentos em que os(as) estudantes foram “convocados” para comparecer na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), no Fórum ou na sede de um partido político.

Ademais, um oficial de justiça bateu à porta da escola em uma tarde da primeira semana de ocupação dizendo que o juiz queria falar com eles(as), determinando um dia e horário para comparecerem ao fórum da cidade. Contudo, obtive a resposta de que se o juiz quisesse conversar sobre a ocupação, ele deveria ir até a escola. E respondiam assim a todos que os chamavam.

Dessa forma, entende-se que na ocupação existiu a todo momento uma linha muito tênue entre o que poderia se tornar um desafio e um momento de paz, como até mesmo dormir, por exemplo. Dormir de maneira tranquila e saudável era um desafio, já que a escola aparecia como um ambiente estranho, por mais que aquele espaço parecesse familiar antes da ocupação. Além das rondas periódicas durante a madrugada para garantir a segurança dos(as) envolvidos(as), eram realizadas assembleias ao final de cada dia, bem como uma série de outras atividades para manter a ocupação existindo e resistindo, fazendo com que dormissem mal ou que o sono sempre fosse interrompido. Porém, apesar de todo e qualquer problema, às 6h de segunda a sexta-feira, todos os secundaristas estavam de pé, sendo essas situações encaradas como oportunidades de desenvolverem maior disposição para a luta coletiva.

Houve também situações específicas de alto risco, em que as pessoas responsáveis pelas rondas emitiram alertas para que todos se levantassem, como por exemplo, quando um posto de gasolina localizado ao

lado da escola foi assaltado e os indivíduos que cometeram o ato delituoso ficaram rondando os muros da escola por um longo tempo depois, portando armas de fogo. Ninguém dormiu aquela noite. Além dessa situação, pedras e objetos pequenos eram arremessados às janelas enquanto todos dormiam, havia ameaças de pessoas que passavam pelos portões da escola de madrugada, chutando os mesmos, vociferando frases de ameaça e repulsa. Portanto, tudo era capaz de amedrontar aqueles sujeitos que ali estavam.

Contando os finais de semana, foram 19 dias de ocupação completa da escola, na qual os(as) estudantes se esforçaram arduamente para manter os portões fechados e as atividades totalmente paralisadas, mesmo que houvessem represálias de diferentes natureza, agindo tanto na escola quanto externamente, inclusive no âmbito familiar. Nesse contexto, cabe mencionar que uma estudante chegou a sofrer agressões severas de seu pai, devido ao fato de estar na ocupação, e que após o final desta, conforme nos foi relatado, uma outra estudante foi proibida de sair de sua casa por meses devido à sua participação, embora seus responsáveis tivessem autorizado formalmente no início do movimento.

Não bastasse tanta pressão, determinados representantes de canais da imprensa municipal tomaram atitudes extremamente negativas, publicando notícias falsas sobre todas as ocupações que ocorreriam na cidade. Tal fato contribuiu muito para negativar a imagem das ocupações, sendo um fator chave para se compreender a forma como a opinião pública em

NOTA DE REPÚDIO

Nós, estudantes da [redacted], que estamos ocupando nossa escola há 27 dias, viemos por meio dessa nota tornar pública nossa indignação e repúdio com relação à toda e qualquer tentativa de retaliação baixa e covarde que nosso movimento tem sofrido. Enfatizamos nosso desgosto e enojamento com relação à mídia sensacionalista alfenense, pois ela mente com relação aos fatos. Desde já, queremos deixar claro que não estamos dispostos a realizar a desocupação da nossa escola. Também queremos deixar claro que prezamos pelo diálogo. Todas as reuniões, negociações das atividades da ocupação, programação e estruturação do movimento ocorre de maneira pacífica. Em momento algum houveram brigas, agressões físicas ou qualquer tipo de embate conflituoso nas dependências da escola desde que a ocupação começou.

Deixamos aqui também um convite para todos aqueles que desejarem: venham até a escola pois, estamos totalmente abertos ao diálogo e exposição concreta dos fatos. Afinal, as pessoas que tem maior legitimidade e propriedade para falar sobre o que está acontecendo dentro das escolas é quem está dentro das ocupações.

Atenciosamente,
Alunos da ocupação [redacted].

Fig. 4: Nota de Repúdio publicada pelos estudantes.

geral se constituiu em relação do movimento. Nesse sentido, foi feita a publicação nas redes sociais de uma nota de repúdio, apresentada abaixo, reforçando a indignação dos estudantes da ocupação com a mídia local e reafirmando suas pautas e a organização do movimento.

Entretanto, a convivência intensa e marcante naquela situação atípica como um todo, fez com que os sujeitos que se encontravam naquele espaço criassem uma rede de apoio e se conhecessem intensamente: as histórias de vida, os anseios e as dificuldades familiares do próximo. Dessa forma, promoveram um forte movimento de protesto frente à própria instituição

escolar, extremamente organizado e articulado, já que a maioria dos estudantes ocupantes da escola vinham de bairros periféricos da cidade, considerados pobres e violentos. Ademais, alguns eram, inclusive, jovens subjugados e carregados de estereótipos no próprio cotidiano escolar, vistos como “alunos-problema”.

Nos dias de ocupação, promoveram para si e para o outro ao seu lado a ressignificação do espaço escolar, sendo o afeto um fator essencial para as relações que foram construídas durante a ocupação e determinante para a manutenção e permanência/resistência naquele espaço. Tal fato foi comprovado, ao ouvirmos, nas palavras de uma estudante que *“Seguramos 50 dias porque tínhamos uns aos outros. Aos olhos de alguns, isso não era nada, porém para nós, esse foi o nosso tudo”* (Estudante A).

4. Da ocupação parcial à desocupação

Após o feriado de 15 de novembro, a escola foi reaberta para a retomada de aulas regulares, resultado principalmente da pressão feita pelas instâncias regional e estadual de ensino. De forma pouco democrática, impuseram que tais aulas deveriam acontecer de maneira concomitante à ocupação para que o movimento pudesse continuar.

Ademais, foi acordado com a gestão da escola que todos(as) os(as) estudantes da escola poderiam e deveriam ser incentivados pelos professores a participar das atividades da “ocupa”, e que aqueles que optassem por participar não sofreriam prejuízos, perseguição ou assédio moral por tal escolha. Entretanto, após a reabertura da escola, tais acordos foram sendo sistematicamente quebrados por parte da equipe gestora e pelos professores da escola.

Dia após dia, tais atores minavam o acesso dos ocupantes aos espaços da escola com recados e proibições, sendo que alguns docentes, além de não liberarem os(as) estudantes para participar das aulas “não-regulares”, desmotivavam os(as) mesmos(as) e até permitiam que ficassem ociosos em sala de aula para motivar a não participação na programação da ocupação.

Nesse sentido, foi registrado por meio de fotos e vídeos, estudantes riscando o quadro, desenhando, mexendo em seus celulares durante a manhã toda, tanto na presença quanto na ausência de professor em sala de aula. Enquanto isso, no pátio, os(as) estudantes que ocupavam a escola promoviam uma série de atividades. Destarte, tal ociosidade foi registrada pelos(as) ocupantes e posteriormente exposta à instância regional de ensino, que não mostrou reação alguma diante do fato.

Após a reabertura dos portões da escola, os(as) secundaristas organizaram “aulões” e debates políticos, com o objetivo de que as pessoas que não estavam na ocupação pudessem compreender a PEC 241/55, a MP 746 e o chamado projeto “Escola sem Partido”. Nesses espaços, vários discentes e docentes da universidade pública do município, membros da OAB-Alfenas e pessoas vinculadas a outras universidades e instituições de ensino, estiveram na escola para dialogar sobre uma série de temáticas, incluindo pautas democráticas. Porém, parecia não haver o m-



Fig. 5: “Aulão” sobre a MP 746 (Reforma do Ensino Médio)

nimo de esforço especialmente por parte dos professores em entender e legitimar a causa.

Além disso, em vários momentos os(as) estudantes ocupantes questionaram o fato de que, ao serem votadas paralisações ou greves, não eram consultados e convidados a participarem da luta da classe docente, oportunidade para todos se unirem e lutarem por um bem maior. Entretanto, vários(as) docentes da escola alegavam que o sindicato estadual dos profissionais em educação não havia veiculado posicionamento oficial em relação às ocupações estudantis e por esse motivo, não se posicionariam.

Conforme vivenciado, os(as) secundaristas organizaram a ocupação de maneira rápida, inteligente e estratégica, sem contarem com nenhum tipo de representação ou organização sindical. Destarte, quando se analisa esse cenário, é possível questionar sobre o papel do sindicalismo e o papel individual assumido pelos membros sindicalizados. Ainda que o sindicato dos professores estivesse sendo omissivo (e foi até o fim), cada professor, por escolha individual, poderia ter declarado e materializado seu apoio, sendo perceptível –salvo exceções a serem valorizadas –que a maioria preferia se colocar em uma posição passiva de observação dos fatos.

Além disso, destaca-se a posição da instância regional de ensino, que após garantir o consenso para a volta das atividades letivas, não apresentou nenhum tipo de orientação pedagógica à equipe gestora acerca de questões burocráticas, como as reposições de aulas e dos conteúdos para os(as) ocupantes, as formas de avaliação que seriam consideradas legais pelo órgão, entre outros elementos. Nesse sentido, além de serem enviados e-mails solicitando a presença da equipe dessa instituição, foi apresentado um documento formal pelos(as) ocupantes com solicitações para a resolução dessas questões, que não foi respondido. Tal documento apresentou também algumas demandas estruturais da escola: a necessidade de detetização do espaço, disponibilização de informações sobre recursos financeiros destinados à construção da cobertura da quadra esportiva, pintura e outras melhorias, considerando a situação de precariedade da referida escola.

Soma-se a essas situações, o fato de que determinados professores começaram a descumprir o acordo estabelecido entre os(as) ocupantes e a gestão da escola: estes(as) não seriam prejudicados(as) pela sua escolha de estar fora de sala de aula em horário letivo. Pelo contrário, trabalhos e provas foram

aplicados sem que houvesse a possibilidade de serem repetidos e que eram utilizados como únicos instrumentos de avaliação, comprometendo inicialmente a obtenção de nota pelos(as) estudantes que se encontravam na ocupação, e não em sala de aula.

Apesar desses impasses com relação ao desapoio da equipe escolar e a dispersão dos(as) estudantes não ocupantes, os(as) secundaristas que moravam temporariamente na escola, se esforçavam para que todos(as) presentes no espaço escolar em horário letivo não ficassem ociosos(as), incluindo estudantes do Ensino Fundamental II.

Em inúmeras ocasiões, os participantes se dividiam em pequenos grupos para chamar aqueles que estivessem sentados do lado de fora, inclusive professores e funcionários. Sendo assim, nesse período de ocupação parcial, a escola passou a ser frequentado por um número grande de estudantes. Ademais, o contato estabelecido com alguns destes, possibilitou-nos concluir que, embora muitos desejassem participar da ocupação, sofriam ameaças por parte da família e de professores específicos.

Nesse contexto, quer fosse para dormir na escola ou para acompanhar a programação no horário letivo, a falta de apoio familiar e institucional, aliada à maneira como a mídia local e nacional vinha retratando o movimento, tirou muitos(as) desses(as) jovens da ocupação, o que poderia contribuir para o seu fortalecimento e resistência.

As tentativas de dialogar com professores, membros da equipe gestora da escola e com a instância regional de ensino foram sem sucesso. Portanto, essa série de descontentamentos por parte dos(as) ocupantes e o descumprimento de acordos culminaram no trancamento da escola, contando com a participação de mais de 50 estudantes, organizados para tal.

Tais estudantes dividiram-se para patrulhar possíveis pontos de acesso da escola, ficar no portão se comunicando com os(as) que estivessem do lado de fora e para registrar o trancamento com gravações, fotos e áudios em pontos estratégicos da escola. Aqueles(as) estudantes que apoiavam o trancamento, foram orientados(as) a entrarem na escola pelo portão lateral da quadra para não serem vistos(as). Além disso, em determinado ponto das negociações, foi permitido ao diretor adentrar a escola para contatar a responsável pela gestão regional de ensino, sendo exigida a presença da mesma para que as questões fossem resolvidas.

A ação, que representou uma atitude mais radical, chamou a atenção da mídia local e da comunidade externa, mas principalmente gerou a insatisfação daqueles(as) que se mostravam contra o movimento. Sendo assim, após tratados e negociação, os portões foram abertos e as aulas reiniciadas, sem haver conflitos mais abertos.

Cabe salientar, entretanto, que nas demais escolas ocupadas do município, na mesma semana, também foram feitos “trancaços”, marcados por uma atuação policial incisiva e truculenta, que invadiu as instituições e chegou a utilizar bombas de gás lacrimogênio e gás de pimenta contra os(as) ocupantes— além de retaliações das equipes gestoras e agressões físicas a familiares e estudantes que participavam ativamente

do movimento.

Nesse contexto, o contato com as outras escolas ocupadas foi um ponto importante de apoio e consolidação da luta secundarista no município. Reuniões com representantes de cada escola ocupada foram periodicamente marcadas, havendo rodízio entre as escolas para sediá-las. Tais ações permitiram o estreitamento dos vínculos, a troca de experiências e a proposição de estratégias e planos em conjunto, como a divulgação de uma nota de repúdio, um ato público no centro da cidade e os trancamentos. Ademais, as escolas doavam alimentos entre umas para as outras, partilhando toda a bagagem material, afora a imaterial, que vinham adquirindo ao longo de cada ocupação.

Com a tramitação e posterior aprovação da PEC 55 no Senado Federal, que representou uma derrota para os movimentos em geral, os(as) ocupantes buscaram articular a desocupação do espaço. Entendiam que havia sido garantido os meios burocráticos para a avaliação das atividades da ocupação, por meio de um relatório descritivo dos acontecimentos, e que o desgaste físico e psicológico era significativo, após mais de 50 dias de ocupação, de negociações e conflitos.

Por fim, após 54 dias de ocupação, foi feita a desocupação. Porém, entende-se que a história pessoal dos(as) envolvidos(as), da própria instituição e do município, serão marcadas por essa experiência singular, com todas as suas crises, contradições e enriquecimentos, apresentados de forma resumida, nesse relato, como forma de registro histórico.

A coexistência entre dois modelos de educação escolar

Considerando os fatos acima relatados, entende-se que, principalmente durante esses mais de 30 dias de ocupação parcial, havia sob o espaço da instituição a coexistência simultânea entre dois modelos de educação escolar. Dessa forma, buscar-se-á nesse tópico ensaiar algumas considerações teóricas que permitam compreender a singular experiência formativa, vivenciada por estes estudantes secundaristas.

Segundo Alonso (2009), a virada para o século XXI— com o avanço das políticas neoliberais e com outras transformações políticas, sociais e econômicas— trouxe problemáticas novas para se compreender os movimentos sociais. Surge então a necessidade de interpretação a partir de novos referenciais, devido principalmente ao caráter simbólico desses, à dimensão global do ativismo contemporâneo, às inovações políticas na participação e nas experiências de democracia deliberativa.

Nesse contexto, Gohn (2011) traça um panorama sobre os movimentos sociais latino-americanos, direcionando o olhar especialmente aos movimentos sociais do Brasil contemporâneo. Segundo a autora, referindo à dimensão educativa destes,

“Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradores de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social (...)”. (GOHN, 2011, p.333)

Dentre os movimentos listados, Gohn (2011) destaca o movimento estudantil e as lutas pela melhoria da qualidade do ensino e contra as reformas da educação, ocorridas no Chile e no Brasil nas últimas décadas. Tal como afirma Bringel (2012), esse movimento traz alguns elementos próximos aos demais movimentos sociais, mas apresenta especificidades e características, que nos permitem pensar a própria ocupação descrita. Pode-se destacar que a ocupação tinha um objetivo específico de curto prazo, que se referia aos questionamentos e disputas contra as medidas governamentais que vinham tramitando à época, que impactavam principalmente a qualidade da educação pública brasileira; o caráter não institucionalizado do movimento, marcado também por suas dinâmicas organizativas e mobilizatórias, tais como a realização das assembleias, a horizontalidade (ausência de líderes definidos) das decisões e a utilização das ferramentas de comunicação, como as redes sociais.

Todavia, embora consideremos que o movimento de ocupações secundaristas esteja permeado de características inerentes ao movimento estudantil, essas precisam ser analisadas sob outra ótica. A ocupação relatada integrou um movimento em larga escala, em que centenas de escolas do Brasil foram também ocupadas, trazendo assim configurações e dinâmicas novas aos movimentos estudantis e para o próprio campo da Educação, mencionadas a seguir.

Dito isso, conforme apresentado na ainda escassa literatura sobre as ocupações estudantis secundaristas ocorridas nos últimos anos no Brasil, entende-se que esses movimentos estudantis têm colocado em cheque o modelo de educação escolar hegemônico, problematizando uma série de elementos da cultura escolar (currículo, organização, espaço, gestão) e evidenciando a crise na própria relação da juventude com a escola.

Segundo Dayrell e Carrano (2014), tomando os estudos da sociologia da juventude, a instituição escolar têm enfrentado desafios cotidianos que envolvem os diversos atores (professores, estudantes, gestores, funcionários, familiares e comunidade). No centro desse complexo movimento, destacam-se os jovens estudantes, sujeitos do processo educativo que precisam ser reconhecidos em sua diversidade de experiências, saberes e identidades culturais.

Entretanto,

"(...) É uma tendência da escola não considerar o jovem como interlocutor válido na hora da tomada de decisões importantes para a instituição. Muitas vezes, ele não é chamado para emitir opiniões e interferir até mesmo nas questões que dizem respeito a ele, diretamente". (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.106)

Percebe-se assim a dificuldade da instituição em estimular e muitas vezes compreender a participação e o protagonismo desse público, sendo levantados uma série de estereótipos, que fortalecem uma imagem negativa acerca da juventude, entendida como um período problemático da vida. Nesse sentido, os autores ressaltam a importância de se considerar os jovens a partir de um novo olhar, enquanto sujeito de direitos, reconhecendo também as suas potencialida-

des, possibilidades e necessidades, a serem levadas em conta pelas políticas públicas e instituições, como a escola.

Logo, fica evidente a necessidade de reconhecer que a juventude pode e deve ser dotada de autonomia. Ademais, essa percepção negativa acerca dos jovens, vistos como irresponsáveis e até ignorantes políticos, foi um ponto que forçou uma necessidade diária de comprovação da legitimidade das ocupações diante dos demais adultos que estiveram naquele espaço escolar.

Para os autores, as manifestações de junho de 2013, ocorridas em vários estados do Brasil e conhecidas como "Jornadas de Junho", apresentaram-se como um impulso de destaque a respeito da capacidade de atuação política dos jovens brasileiros, como sujeitos mobilizados, críticos, conscientes e participantes. Sendo assim, a participação aparece como uma questão importante na formação dos jovens, já que, em suas palavras,

"(...) Ela envolve o que se pode denominar de formação teórica para a vida cidadã - aprendizagem de valores, conteúdos cívicos e históricos da democracia, regras institucionais etc.- e, também, a criação de espaços e tempos para a experimentação cotidiana do exercício da participação democrática na própria instituição escolar e em outros espaços públicos (...)". (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.120)

Contudo, a partir dos depoimentos e das vivências informadas pelos estudantes durante a ocupação, entende-se que a escola não representava um espaço de exercício efetivo da cidadania e de formação democrática, na medida em que as decisões eram tomadas de maneira hierarquizada, não envolvendo a participação ativa destes(as), inclusive na deflagração de greves ou paralisações por parte de professores, que afetavam diretamente o calendário anual.

Portanto, a ocupação parece ter se consolidado, mesmo que em um marco temporal relativamente curto, como um espaço de "experiência participativa" (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.121) desse público. As oficinas, atividades e passeatas não envolviam apenas a dimensão formativa, tradicionalmente marcada pela transmissão unilateral de conteúdos, mas apresentaram-se como uma experiência educativa e política, na qual os(as) estudantes foram os protagonistas na construção de suas pautas, projetos e ações, tomadas conjuntamente. Conforme apresentaram os autores,

"Nesse sentido, a participação pode ser entendida como um processo educativo que potencializa os processos de aprendizagem no interior da escola. E, da mesma forma, pode contribuir para a constituição de amplos processos formativos". (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.121)

Ademais, desenvolveram no espaço habilidades discursivas, de convivência, de respeito às diferenças, estimulando também novas aprendizagens. Portanto,

levando em conta as discussões de Dayrell e Carrano (2014, p.123), questionava-se a capacidade do modelo hegemônico de educação escolar de possibilitar tempos, espaços e relações de qualidade, contribuindo para a experimentação e desenvolvimento das potencialidades desses jovens, tanto na dimensão social quanto subjetiva.

Reconhecendo a juventude enquanto uma categoria histórica e socialmente produzida, que relaciona-se aos campos simbólicos e culturais e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam as sociedades, entende-se também que é preciso, por parte da instituição escolar e do seu corpo docente, a compreensão do perfil social, cultural e afetivo dos jovens, buscando conhecê-los sob essas dimensões. No caso dos estudantes da referida escola periférica, a maioria era oriunda de uma condição social marginalizada, experienciando a condição juvenil a partir de um leque limitado de oportunidades, levando para a escola as contradições e conflitos da sociedade brasileira excludente e impondo desafios à instituição, percebidos e vivenciados nos dias em que a ocupação ocorreu.

Acrescenta-se ainda que, nas palavras de Maia (1998):

“A realidade escolar que vigora atualmente no Brasil, no bojo das ‘modificações’ econômico-sociais que ocorrem mundialmente e em acordo com elas, persiste sendo profundamente antidemocrática e excludente. (...) A escola brasileira não tem sido capaz de cumprir seu papel em uma sociedade desigual, qual seja, o de ‘ir contra a corrente’, resistir ao processo de progressivo fechamento das brechas que permitem fazer avançar o processo democrático, mantendo uma ordem social bárbara”. (MAIA, 1998, p. 24)

Dessa forma, para além do ensino da lista de conteúdos prescritos nos currículos formais, a meta prioritária das instituições escolares, segundo Dayrell e Carrano (2014, p.27), seria propiciar espaços-tempos educativos e promover processos de aprendizagem para que os sujeitos reconheçam a si mesmos e aos outros. Além da formação técnica, configurar práticas que contribuam para a construção de identidade e projetos de vida dos jovens, como sujeitos de direitos e de autonomia.

Tal “postura de escuta” (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.128), constitui um desafio, na medida em que implica assumir a própria identidade e entrar na relação com esse jovem, que apresenta sentidos, significados distintos dos sujeitos adultos e das instituições, gerando uma série de conflitos, como aqueles vivenciados nos dias da ocupação. Para os autores,

“A compreensão dos processos de socialização contemporânea dos jovens, o reconhecimento dos entraves para a vivência do ciclo de vida e a entrada na vida adulta, bem como o reconhecimento de experiências positivas, saberes, culturas e possibilidades de ação, podem contribuir para o diálogo inter-geracional no cotidiano escolar”. (DAYRELL & CARRANO, 2014, p.127)

Nesse sentido, reconhece-se que em uma sociedade cada vez mais individualista, a ocupação se configurou também como um espaço de empatia e de democracia, onde perceberam, reconheceram e respeitaram o outro, em suas diferenças – apesar de todos os conflitos já descritos. Portanto, o espaço escolar representa também um espaço importante de sociabilidade e de estabelecimento de relações afetivas e simbólicas, sendo ressignificado pelos(as) ocupantes, contribuindo inclusive para o autorreconhecimento e para a própria constituição da identidade.

Além do espaço, a ocupação vivenciou uma reinvenção da própria organização temporal da escola, marcada pela divisão e exigência da temporalidade e que continuava sendo vivenciada pelos estudantes não-ocupantes. Destarte, entende-se que a noção de cultura escolar, que tem trazido contribuições importantes para se estudar o espaço interno e o cotidiano das práticas escolares no campo da pesquisa da educação escolar, permite algumas problematizações.

Em torno da centralidade dessa categoria, vários objetos de pesquisa têm sido investigados, relacionadas ao interesse em conhecer e compreender as práticas culturais produzidas e reproduzidas nos espaços escolares por parte dos sujeitos que ali ocupam, levando em conta também a relação dialética entre sociedade e escola. Nessas discussões, há por parte de alguns autores, o esforço em atentar-se para as características e modos de vida internas que particularizam a instituição escolar e que estão relacionados às dimensões materiais e aos significados simbólicos.

Considerando as diferentes formas que a categoria tem sido utilizada no campo educacional, segundo Gonçalves e Filho (2010, s/p), a cultura escolar pode ser definida como,

“Forma como são representados e articulados pelos sujeitos escolares os modos e as categorias escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores produzidos/transmitidos/aprendidos na escola, a materialidade e os métodos escolares”.

Entre os elementos da cultura escolar, podem-se destacar os discursos e as linguagens, os próprios conteúdos do currículo e as práticas pedagógicas dos professores, reproduzidas e produzidas na escola cotidianamente. Entretanto, entendendo que as práticas educativas envolvem elementos culturais e a instituição escolar aparece como um espaço por excelência de disputa e de poder, é preciso atentar-se também para as formas de resistência mobilizadas nas práticas pelos sujeitos escolares aos processos de dominação, principalmente em condições de ruptura ou crise social.

Pensando na ocupação, podemos destacar algumas práticas mobilizadas, que colocaram em cheque o próprio currículo, a gestão escolar e as interações (relações afetivas) professor-aluno e aluno-aluno. No que diz respeito ao currículo, por exemplo, temas como racismo e preconceito, papéis de gênero, machismo, feminismo, educação ambiental, conjuntura política, entre outros, eram constantemente incluídos

como centrais do movimento. Além disso, foi incluída uma série de atividades de caráter lúdico, para movimentar o corpo e a mente: música, pintura, artes, teatro, hip hop, ioga, pilates, além de atividades esportivas. Impossível não confrontar esses dois modelos que coexistiram diante de nossos olhos e pensando nas palavras de Thiesen (2008, p.552):

“A escola enquanto lugar legítimo de aprendizagem, produção e reconstrução do conhecimento (...) deve ser construída de maneira que seja um ambiente de vida e ao mesmo tempo um instrumento de acesso ao sujeito à autonomia. Não possui um fim em si mesma. Ela deve constituir-se como processo de vivência e não de preparação para a vida. Por isso, sua organização curricular, pedagógica e didática deve considerar a pluralidade de vozes, concepções, experiências, ritmos, culturas, interesses. A escola deve conter em si a expressão da convivialidade humana, considerando toda a sua complexidade”.

Perguntamo-nos: qual dos dois modelos que vimos coexistir se aproximam das palavras do autor acima?

Assim, tais atividades formativas organizadas pela ocupação, ocorriam sempre de maneira dialogada, utilizando-se de recursos diversificados, que não eram necessariamente caros ou inacessíveis. Do outro lado da escola, entretanto, aulas consideradas tradicionais ocorriam dentro das salas de aula, reproduzindo um modelo que muitas vezes não dá conta dos anseios da juventude.

No que diz respeito à gestão estudantil, promoveu-se uma gestão coletiva e não hierarquizada, que incentivava a autonomia dos sujeitos e que contribuía para a coexistência democrática com as aulas regulares e com os(as) estudantes não-ocupantes. As decisões a serem tomadas eram decididas em assembleia, de modo que eram feitas tentativas de discussão e solução coletivas para todos e quaisquer problemas – com relação à estrutura, à programação, à alimentação ou problemas com os(as) próprios(as) ocupantes.

Entende-se que isso confrontou os demais atores escolares em vários sentidos, principalmente no que se refere às tentativas fracassadas de se apontar um estudante para se culpar. Assim, frente a essa organização horizontalizada e democrática, distinta do próprio modelo hegemônico de gestão escolar, tais sujeitos lidaram com uma série de questionamentos sobre os seus próprios métodos, seja por si mesmos ou pelos(as) estudantes.

Por fim, o terceiro aspecto que mais se destacou nesse período, principalmente durante a ocupação parcial, em que esses dois modelos de escola coexistiam e eram vivenciados por todos(os) os(as) envolvidos(as), foi a maneira com que foram construídas as relações entre as pessoas que se encontravam naquele espaço: importávamos uns com os outros. Os problemas de um eram problemas de todos. Dessa forma, a partilha da convivência trouxe também a partilha de problemas e realidades, e tudo culminou em uma relação íntima e intersubjetiva que se

mostrou fundamental para a ocupação ter decorrido de maneira forte, intensa e árdua, mas sobretudo de maneira leve.

Na ocupação, nos foi possibilitado, como educador e educadora, vivenciar uma forma muito próxima e comprometida de relação educacional. O afeto, vínculo constituído cotidianamente diante da convivência, dos problemas e da subjetividade de cada um, nos permitiu refletir na sua centralidade para a forma com que nos colocamos nas relações ensino-aprendizagem e para nos posicionarmos diante de enfrentamentos e de problemas. Conforme apresenta Souza (2012, p.05),

“Os afetos são produzidos pela experiência da compreensão. Viver os afetos perto impulsiona à ação.” Ver perto é sentir em sua intensidade o afeto e não apenas carregar esse afeto em seu ser. “Ver perto nos permite ver longe. Ver longe não é ver de longe, ver longe é ampliar a visão”.

A ocupação tinha um objetivo principal: lutar pela não aprovação da PEC. Embora tal objetivo não tenha sido atingido, os outros ganhos de experiências e de vivências naquele espaço nos permitem, mesmo que momentaneamente, sentir vitoriosos; além de se constituírem como um complexo objeto de estudo, devido à riqueza dos elementos citados acima e de outros.

Cada uma das mais de 1000 escolas que foram ocupadas por todo o país teve suas peculiaridades e questões. Porém, o que cada uma tinha em comum era um mesmo ideal: a voz dos estudantes sempre clamou por ser entoada e propagada e no seio das ocupações, e foi!

Um modelo de escola que muitas vezes é considerado idealizado em vários estudos acadêmicos no campo da Educação, foi concretizado ou teve a possibilidade real de se concretizar no espaço das ocupações. Por isso, consideramos que era necessário registrar e propagar essa história, entendendo a contribuição dessas reflexões para a nossa futura prática docente.

Que tipo de escola queremos construir? O que as ocupações deixam para nós? Enquanto (futuros) educadores, nossa prática docente se pautará em quais elementos? A resposta é ambígua e incerta, mas a movimentação desses jovens nos diz que algo deve ser feito e abre espaços para algumas possibilidades, na medida em que podemos avançar na direção de não sermos coniventes com a escola posta atualmente, que não atende às demandas da juventude.

Ademais, não podemos contribuir para o processo que a secundarista Ana Júlia Ribeiro⁹, classifica como “desesperador”, quando questionada em uma entrevista ao nosso grupo de estudos¹⁰, sobre como é voltar para a escola depois que a ocupação se passou e que não houveram grandes mudanças. Em suas palavras, “É desesperador. É desesperador ver o que a escola é em vista do que ela poderia ser”.

⁹ A secundarista, então com 16 anos, ficou nacionalmente conhecida por um discurso feito aos deputados estaduais, na Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) em Curitiba, em outubro de 2016, defendendo a legitimidade das ocupações no estado.

¹⁰ Durante uma reunião do “Grupo de Estudos sobre a Juventude de Alfenas/MG”, em junho de 2017, coordenado pelo Prof. Dr. Luis Antônio Groppo, Ana Júlia foi entrevistada, via Skype, relatando as experiências nas ocupações paranaenses e após o término destas.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela. (2009), "As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate". *Lua Nova*, 76, 49-76.
- BRINGEL, Breno. (2012), "Ciclo de Protestos e Lutas Estudantis no Brasil". *Revista Perspectiva Histórica*, 2, 2: 29-43.
- CATINI, Carolina de Roig & MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. (2016), "Escolas de luta, educação política". *Educ. Soc. Campinas*, 37, 137: 1177-1202.
- CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. (2016), "'Ocupar e Resistir': A Insurreição dos Estudantes Paulistas". *Educ. Soc. Campinas*, 37, 137: 1159-1176.
- DAYRELL, Juarez & CARRANO, Paulo. (2014), "Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola?", in J. Dayrell; P. Carrano; C.L. Maia (orgs.), *Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo*, Belo Horizonte, ED. UFMG.
- FILHO, L.M. Faria & GONÇALVES, I.A. (2010), "Cultura escolar", in D.A. Oliveira; A.M.C. Duarte; L.M.F. Vieira (orgs.), *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*, Belo Horizonte, UFMG/Faculdade de Educação.
- GOHN, Maria da Glória. (2011), "Movimentos sociais na contemporaneidade". *Revista Brasileira de Educação*, 16, 47: 333-361.
- MAIA, Ari Fernando. (1998), "Notas sobre ideologia e educação". *Revista Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 2, 23-34.
- PAES, Bruno Teixeira; PIPANO, Isaac. (2017), "Escolas de luta: cenas da política e educação". *ETD: Educação Temática Digital*, 19, 1: 6-25.
- SOUZA, Elton Luiz Leite de. (2012), "Espinosa, Deleuze e Guattari: o desejo como metamorfose". *Alegrear (Campinas)*, 1, 10: 1-15.
- THIESEN, Juarez da Silva. (2008), "A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem". *Revista Brasileira de Educação*, 13, 39: 545-554.